

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 102.638 - SP (2018/0229331-2)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**

**RECORRENTE : LUAN HENRIQUE DE SOUZA RODRIGUES (PRESO)**

**PROCURADORE : ARIELA PELISSON BOLDRIN COLUCCI - SP299289**  
**S**

**THIAGO SÉRGIO DE OLIVEIRA COLUCCI - SP378700**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO CONCRETA. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. PEDIDO DE EXTENSÃO DA LIBERDADE CONCEDIDA A CORRÉU. SITUAÇÃO FÁTICO-PROCESSUAL DIVERSA. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 580 DO CPC.

Recurso em *habeas corpus* provido nos termos do dispositivo. Pedido de extensão indeferido.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Luan Henrique de Souza Rodrigues** contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou a ordem em *writ* ali impetrado, mantendo segregação cautelar (fls. 126/133 – *Habeas Corpus* n. 2108276-67.2018.8.26.0000) – decretada pelo Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Junqueirópolis/SP, ao fundamento de garantia da ordem pública (fls. 390/391 – Autos n. 0001227-38.2018.8.26.0311) –, pela prática, em tese, de crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma e pelo concurso de pessoas (*res furtiva: quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais) em notas diversas, além de 1 brinco e de 1 chaveiro* – fl. 502).

Em síntese, o recorrente aduz haver ilegalidade no acórdão hostilizado em razão de nulidades processuais – decorrentes de alegado cerceamento de defesa, pois *foi protocolado o pedido de oitiva desta testemunha que também não ocorreu, pois o inquérito policial foi relatado sem a oitiva das testemunhas arroladas* (fl. 139), e ausência de defensor no

interrogatório, dizendo que *o interrogatório sem a presença do advogado é nulo* (fl. 143) – e de ausência de fundamento idôneo para o decreto preventivo.

Postula, então, o conhecimento e o provimento liminar do recurso, a fim de que seja revogada sua prisão preventiva ou, subsidiariamente, a conversão em medidas cautelares.

Em 10/9/2018, foi deferido o pedido liminar, assegurando ao recorrente *o direito de aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente recurso* (fls. 565/568).

Prestadas informações pelo Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Junqueirópolis/SP (fls. 575/577) e pela Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (fl. 581).

Por sua vez, o Ministério Público Federal opinou *pelo conhecimento e parcial provimento do Recurso Ordinário, a fim de que o recorrente responda à ação penal em liberdade, com a aplicação de medidas cautelares* (fls. 583/595).

Ainda, o corréu Lucas Ozelin Vasconcelos apresentou pedido de extensão da liminar deferida (Petição n. 31.596/2019 – fls. 599/614), arguindo estar na mesma situação do recorrente, *devendo assim, com a devida “vênia” estender os benefícios concedendo liminar para que o corréu Lucas Ozelin Vasconcelos possa aguardar em liberdade o julgamento* (fl. 601).

É o relatório.

A pretensão recursal objetiva a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do recorrente, – decretada ao fundamento de garantia da ordem pública, pela prática, em tese, do crime de roubo circunstanciado –, aos argumentos de deficiência de fundamentação da prisão preventiva e de cerceamento de defesa.

Da análise dos autos, tem-se que, na decisão que recebeu a denúncia

contra o recorrente e decretou seu acautelamento (fls. 390/391), a Magistrada singular não apontou indícios concretos de como ele teria colocado em risco a ordem pública, apenas dizendo que o delito foi praticado *com notas de maior gravidade, utilizando-se do emprego de arma de fogo* (fl. 391), carecendo, então, de fundamento apto a consubstanciar a prisão cautelar.

Nesse sentido é a jurisprudência desta Corte Superior, para a qual a prisão preventiva não se justifica se o decreto prisional não apontar dado concreto, *qualquer aspecto relevante da suposta conduta perpetrada pelo paciente que demonstre o efetivo risco à ordem pública, à instrução criminal e à futura aplicação da lei penal*. 3. *Afirmações genéricas e abstratas a respeito da periculosidade do crime não são bastantes para justificar a custódia preventiva* (HC n. 471.520/RJ, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 31/10/2018).

No mesmo sentido: HC n. 453.886/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 4/9/2018.

Portanto, entendo que o decreto preventivo carece de fundamento apto a consubstanciar a prisão cautelar.

Ademais, quanto ao pedido de extensão da liminar (Petição n. 31.596/2019 – fls. 599/614), tem-se que se trata de decretos preventivos distintos. Quanto ao recorrente, a prisão foi decretada para garantia da ordem pública, na ocasião de recebimento da denúncia (fls. 390/391) e, em relação ao corréu Lucas, a preventiva foi decretada a partir de sua prisão em flagrante, como garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar aplicação da lei penal, em razão de maus antecedentes (fls. 224/227).

Assim, *não havendo identidade de situações fático-processuais entre os corréus, não cabe, nos termos do art. 580 do CPP, deferir pedido de extensão de benefício obtido por um deles, qual seja, a revogação da prisão preventiva* (PExt no RHC n. 94.553/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma,

DJe 1º/2/2019).

Em razão disso, **dou provimento** ao recurso em *habeas corpus*, confirmando-se a liminar deferida, para revogar a prisão preventiva imposta ao recorrente, na Ação Penal n. 0001227-38.2018.8.26.0311, da Vara Única da comarca de Junqueirópolis/SP, podendo o Juiz singular determinar, ou não, o cumprimento de medidas cautelares alternativas à prisão, desde que fundamente, com indícios concretos, a necessidade da medida; e **indefiro** o pedido de extensão formulado por Lucas Ozelin Vasconcelos (Petição n. 31.596/2019).

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator